

**ADUFRJ FAZ
HOMENAGEM AO
PROFESSOR LUIZ
PINGUELLI ROSA**

Debate relembra trajetória marcante do mestre, falecido em março, nos campos acadêmico, político e sindical

Página 6

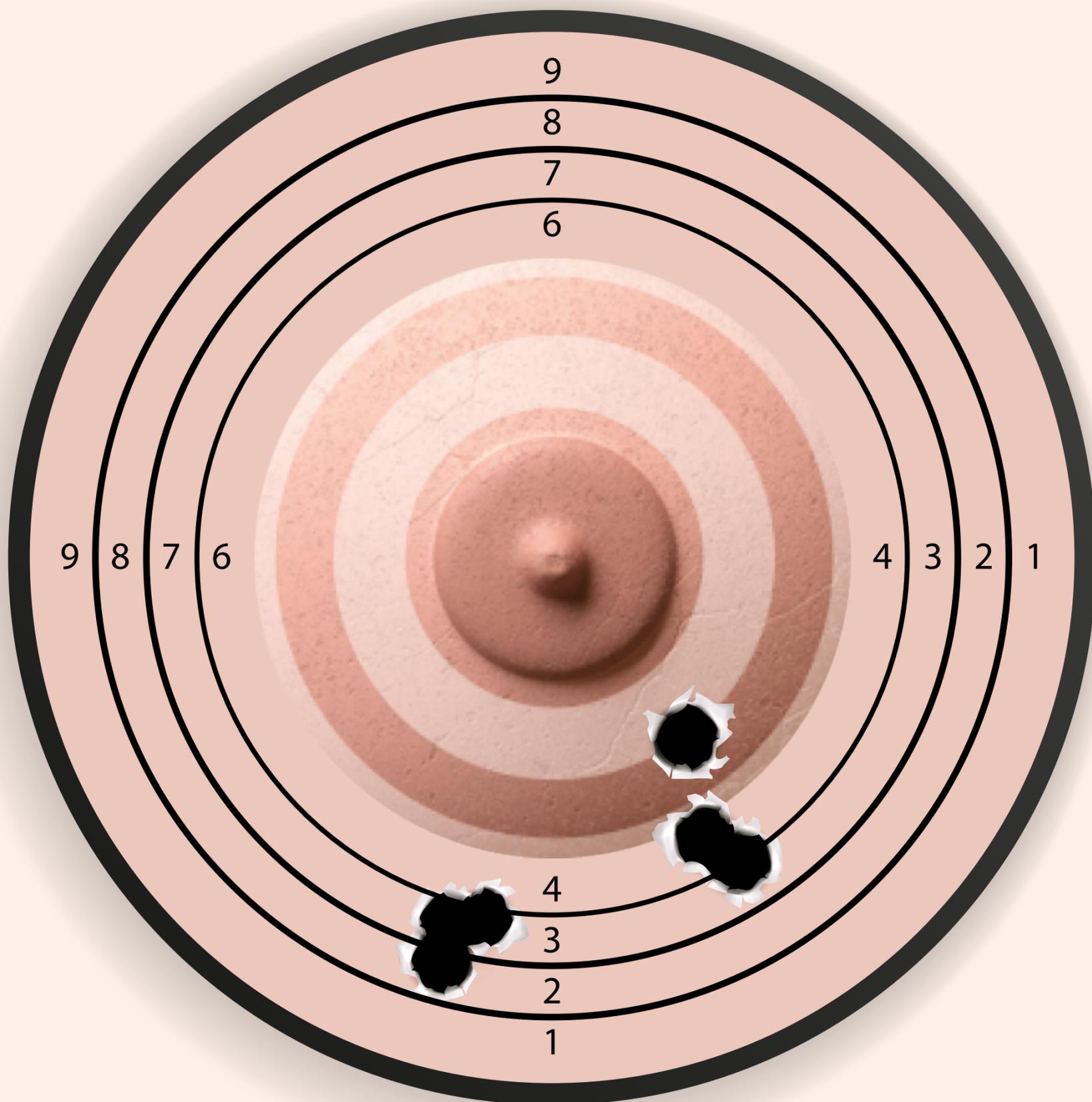
JORNAL DA
AdUFRJ

1235 • 8 de julho de 2022 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

**DEFESA DA
DEMOCRACIA É
MARCA DO COMITÊ
DE LUTA DA UFRJ**

Lançamento do fórum que aglutina forças do campo progressista da UFRJ reforça apoio à candidatura de Lula

Página 7



POR QUE AS MULHERES ESTÃO NA MIRA DO BOLSONARISMO?

A violência contra a mulher foi exposta em três casos de repercussão em apenas oito dias. As denúncias de assédio sexual na Caixa — que causaram a queda de seu presidente —, os ataques de uma juíza a uma menina de 11 anos que fora estuprada e tinha direito ao aborto previsto em lei, e a exposição por um jornalista de informações privadas de uma atriz que entregara um bebê para adoção mostram que as mulheres são o alvo da sanha bolsonarista, arraigada em várias esferas de poder. **PÁGINAS 4 e 5**

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Na última quarta-feira, no imponente salão nobre do IFCS, lançamos o Comitê de Luta da UFRJ. Uma iniciativa de professores, estudantes e técnicos que enxergam as próximas eleições como estratégicas para a derrocada do obscurantismo que há quatro anos desgoverna o Brasil. Avaliamos que o país vive uma encruzilhada entre o resgate democrático ou o retorno do arbítrio. A AdUFRJ nasceu na luta pela democracia e, em nome dela, seguiremos nos próximos meses em comícios, debates e reuniões. É urgente apoiar candidatos com condições reais de vitória e comprometidos historicamente com a universidade pública, a ciência, a arte e a tecnologia. Isso não vale apenas para os pleitos executivos, mas também para a eleição legislativa. Bancadas aguerridas na defesa da democracia e de políticas públicas inclusivas são decisivas para o sucesso de novos governos.

Na nossa campanha para as eleições na AdUFRJ, nós reafirmamos repetidas vezes que gostaríamos de encampar, uma vez empossados, a candidatura do campo democrático à Presidência da República que tivesse mais chances de vitória. Nesse momento, essa candidatura é a de Lula. Essa foi uma promessa de nossa campanha em setembro de 2021. Precisamos de um governo de renascimento, de reconstrução, algo semelhante ao que aconteceu em vários países depois de uma guerra, uma devastação. Temos que reunir todas as forças democráticas

ATENÇÃO, DOCENTES!

O Conselho Universitário aprovou medida importante para nossa categoria. Os professores que não alcançaram pontuação para a progressão funcional durante os períodos remotos terão nova chance. O Consuni acatou proposta da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para flexibilizar a avaliação entre 23 de março de 2020 e 10 de abril deste ano — quando as atividades presenciais não essenciais da UFRJ ficaram suspensas em função da pandemia.

As atividades de todos os grupos poderão ser multiplicadas

ADUFRJ E ANDES COBRAM CPI DO MEC

A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, participou da Jornada de Lutas em defesa da Educação, dos serviços públicos e dos servidores, em Brasília, de 4 a 7 de julho. A docente destacou que os manifestantes pressionaram o Congresso contra os vetos do presidente Bolsonaro a leis que incentivam a cultura. “O que achei mais interessante foi a congregação de vários segmentos da sociedade civil organizada numa luta contra o governo Bolsonaro em favor das políticas e gastos públicos para educação e cultura”.

A instalação imediata da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os esquemas de corrupção no MEC gerido pelo ex-ministro Milton Ribeiro foi uma das exigências do protesto. “Fomos recebidos pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede

Sustentabilidade/AP) e pelo presidente da comissão de Educação, senador Marcelo Castro (MDB/PI), a quem entregamos uma carta das entidades do setor da Educação pela abertura imediata da CPI do MEC. Tivemos o compromisso desses parlamentares de que a CPI será instaurada, uma vez que é um direito da população, há motivos para a investigação do MEC e há assinaturas suficientes. O senador Randolfe deixou muito explícito que caso o [presidente do Senado] Rodrigo Pacheco não encaminhe a CPI, eles vão acionar o STF”, disse a presidente do Andes, Rivânia Moura.

Também foi protocolada uma carta ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara, Arthur Maia (PP/AL), e demais parlamentares da comissão, solicitando a

para isso.

O nosso Comitê de Luta nasceu com a cara da universidade. O evento de lançamento foi um debate sobre os cortes orçamentários que asfixiam nosso presente e esvaziam o futuro da produção de conhecimento. Mediado por Neuza Luzia Pinto, técnica da Faculdade de Medicina da UFRJ, o debate contou com a participação dos professores Átila Freire, da Coppe, e Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ.

“Hoje (quarta-feira), nós fomos impactados pela notícia de que o projeto orçamentário do ano que vem virá com uma redução de 12,6% no nosso orçamento. Isso significa que a UFRJ terá certamente o menor orçamento de sua história. Estamos diante de um descompromisso estratégico do governo, um projeto de destruição lenta e gradual. A estratégia é fazer com que a gente continue funcionando precariamente, e que, com isso, tenha dificuldades de entregar aquilo que a gente tem que entregar, que a nossa missão não seja plena e que a gente vá sendo desacreditado. Até que soluções fantasiosas possam ser oferecidas em nosso lugar. Nada mais sórdido e mais eficiente para destruir a universidade pública”, descreveu professor Eduardo Raupp, para quem a situação da UFRJ é “dramática”.

Para o professor Átila Freire, um dos aspectos mais perversos dos cortes é a retração da pós-graduação. “A pós-graduação da UFRJ, que é emblemática no Brasil e é referência no mundo, foi dramaticamente destruída nos últimos anos. Nós temos que reverter isso indo à luta, cada um de nós. Temos que mobilizar as pessoas. E esse comitê é um passo para isso”, convocou Átila.

pelo fator 1,5. Também poderão ser zeradas as atividades de pesquisa e de extensão. Outra mudança é que as unidades poderão instituir normas complementares em razão das especificidades de cada curso, desde que integradoras e facilitadoras para a avaliação do desempenho docente.

O professor Fernando Rochinha, presidente da Comissão de Legislação e Normas, frisou que o fator de correção só será aplicado no intervalo de tempo em que houver coincidência entre o período de interstício do docente e o prazo determinado pela resolução. “A banca terá que fazer este ajuste”, afirmou.



aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 96/2019. A PEC proíbe cortes e contingenciamentos no orçamento da Educação, após a aprovação no Congresso Nacional. A iniciativa deu certo: aprovada na comissão, agora a proposta será examinada por comissão especial criada para esse fim e depois seguirá para votação, em dois turnos, na Câmara e no Senado.

Outro resultado da ação na Câmara foi a obstrução da pauta da Comissão de Educação da Casa, que analisa o projeto de lei (PL) 5594/2020. A proposta tem o objetivo de tornar a educação um serviço essencial, impactando diretamente no direito de greve da categoria docente e demais trabalhadores do setor. (com informações do Andes)

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO

-  **MAPLE BEAR TIJUCA**
-  **MIT CUIDADORES**
-  **ACADEMIA TIJUCA FIT**
-  **MADONA CLINIC**
-  **PSICARE**
-  **FISIOTERAPIA RJ LTDA**
-  **CRECHE AMANHECENDO**
-  **CRECHE ESCOLA RECRIAR**
-  **CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**
-  **ROÇA URBANA ORGÂNICOS**
-  **JC LUZ CORRETORA**
-  **FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL**
-  **BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS**
-  **MACAÉ**
-  **ESCOLA ALFA**
-  **CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL**
-  **HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR**
-  **MAIS FITNESS ACADEMIA**
-  **CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA**
-  **INSPIRE ENERGIA SOLAR**

UFRJ flexibiliza avaliação docente no período remoto

> Consuni multiplica pontuação das atividades realizadas entre 23 de março de 2020 e 10 de abril deste ano por 1,5. Medida busca minimizar prejuízos à progressão dos professores na pandemia

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Uma nova chance para os professores que não alcançaram pontuação para a progressão funcional durante os períodos remotos. Com modificações, o Conselho Universitário do dia 30 de junho acatou uma proposta da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para flexibilizar a avaliação entre 23 de março de 2020 e 10 de abril deste ano — quando as atividades presenciais não essenciais da UFRJ ficaram suspensas em função da pandemia. “Foi uma vitória a UFRJ ter feito esta reflexão institucional para que seus docentes tenham o direito de progredir na carreira dentro de condições excepcionais que nos foram impostas”, avalia o professor Celso Ramalho, presidente da CPPD. “Ninguém pediu para ficar em trabalho remoto. Fomos obrigados a passar por isso”, completa.

Para progredir, os professores precisam alcançar pelo menos 50% da pontuação máxima atribuída pelas unidades a cinco grupos de atividades: ensino; pesquisa e produção intelectual; extensão; gestão e representação; e qualificação acadêmica. E não é possível zerar em nenhum dos três primeiros grupos. A resolução nº 8/2014 do Consuni



estabelece faixas de pontuação para cada um deles: há unidades que podem decidir dar mais peso para aulas; outras, para ações de extensão, por exemplo. O cálculo deve ser baseado em um interstício mínimo de 24 meses em cada nível da carreira, também conhecido como “período aquisitivo”.

O Consuni deliberou que, para aquele período excepcional entre 23 de março de 2020 e 10 de abril de 2022, as atividades de todos os grupos poderão ser multiplicadas pelo fator 1,5. “Discutimos bastante este fator de correção e chegamos ao entendimento de que o número não deveria ser nem pequeno

nem excessivo. Foi um meio-termo”, diz Celso.

Também poderão ser zeradas as atividades de pesquisa ou de extensão. “Tivemos casos concretos de reprovação por conta de o docente ter zerado algum grupo”, esclarece o presidente da CPPD. Outra mudança é que as unidades poderão instituir normas complementares para favorecer a avaliação docente do interstício impactado pela pandemia.

A CPPD propôs ainda um fator 1,75 para os docentes cuidadores. O Consuni, no entanto, não aprovou a medida. “Não entendemos que houvesse a necessidade, oportunidade ou

justiça de ter dois fatores diferentes para qualquer professor da UFRJ”, disse o professor Fernando Rochinha, representante dos titulares do Centro de Tecnologia no colegiado e presidente da Comissão de Legislação e Normas, durante a sessão do dia 30.

Rochinha frisou que o fator de correção só será aplicado no intervalo de tempo em que houver coincidência entre o período de interstício do docente e o prazo determinado pela resolução. “A banca terá que fazer este ajuste”, afirmou.

O QUE FAZER?

O presidente da CPPD orienta os professores que tiveram os pedidos indeferidos por pontuação insuficiente naquele período. Não existe reavaliação automática. “Dentro do SEI (Sistema Eletrônico de Informação), o docente precisa fazer um pedido de reconsideração no processo original. Se ele fizer uma nova

atuação, o processo ganha um novo marco temporal. Seus efeitos não poderão retroagir à data da primeira solicitação”, observa Celso. “Ele vai desarmar este processo, se concluído; se estiver aberto, não precisa desarmar; só vai inserir o pedido de reconsideração à luz da nova resolução”. Desta forma, o docente também poderá evitar o dispositivo da legislação que, sendo reprovado um pedido de progressão/promoção, é preciso

esperar 12 meses para que seja aberta uma nova solicitação. A reconsideração deverá ser apreciada por uma comissão constituída na unidade. A CPPD não pode cumprir esta função.

Até o fechamento desta edição, não foi possível à CPPD apresentar uma comparação de quantidade e resultado entre processos com períodos aquisitivos anteriores e posteriores à pandemia. Até 1º de maio de 2021, os processos físicos ainda podiam tramitar no antigo Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP). Somente a partir desta data, com a desativação do SAP, todos os processos passaram a tramitar pelo Sistema Eletrônico de Informação.

AVALIAÇÃO DA ADUFRJ

Vice-presidente da AdUFRJ, o professor Ricardo Medronho acompanhou a discussão e votação da proposta no Consuni como representante dos eméritos. “Com esta resolução, a universidade reconhece o enorme esforço que todos os professores fizeram se adaptando rapidamente de um ambiente presencial para um ambiente remoto, que era completamente novo para a maioria esmagadora dos professores”, disse. “Este fator adicional na pontuação reconhece o grande trabalho adicional que os docentes tiveram em adequar suas aulas e atividades de pesquisa e extensão ao ambiente remoto”, avaliou.

LUIZ DAVIDOVICH É O MAIS NOVO EMÉRITO DA UFRJ

Excelente professor, cientista de prestígio internacional e liderança acadêmica. Não faltaram elogios na solenidade de entrega do título de emérito da UFRJ a Luiz Davidovich, docente titular do Instituto de Física. O Salão Nobre do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza ficou lotado para acompanhar a cerimônia realizada durante uma sessão solene do Conselho Universitário, na terça-feira, dia 5.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências até o início deste ano, Davidovich não abandonou o tom político em seu discurso de agradecimento. “Estou certo de que o sonho de todos nós é de um país com igualdade de oportunidades para todas as suas crianças, independente do berço em que nasceram. Que incorpore sua população em uma sociedade ilustrada e inclusiva, democrática e produtiva. Esta é a visão que permeia nossas mentes e norteia



DAVIDOVICH: “É urgente mudar a agenda econômica e social do país”

nossos passos. A emergência é um rito de passagem, não é o final do caminho. Estamos juntos nessa luta”, afirmou.

Para este sonho vingar, Davidovich enfatizou a necessidade do investimento em educação e ciência, nos dias atuais. “É urgente mudar a agenda econômica e social deste país. Uma política econômica não se resume a um planilha de receitas e gastos. Ela deve estar articulada com uma agenda nacional

de desenvolvimento sustentável e inclusivo, baseada em educação de qualidade, ciência, tecnologia e inovação”, afirmou.

O professor destacou ainda a importância de preservação da democracia. O emérito falou do alto da experiência de ter sido perseguido pela ditadura quando ainda era estudante. Por força do decreto 477, conhecido como o AI-5 das universidades, não completou seus estudos na PUC, em

1969. “Não consegui terminar o semestre. Fui expulso da universidade em junho do mesmo ano”.

Davidovich saudou os professores da universidade na figura do presidente da AdUFRJ e colega do Instituto de Física, João Torres, presente ao evento. “Essa associação cresceu nos últimos anos e se tornou representativa do melhor que existe nesta universidade. Cumprimento também a Tatiana Roque, que teve um papel importante na renovação da associação de docentes”, disse, em referência à ex-presidente do sindicato, de 2015 a 2017.

HOMENAGENS

Encarregado das homenagens iniciais, o professor titular Paulo Maia lembrou que o físico francês Serge Haroche, Prêmio Nobel de 2012, saudou Davidovich em seu discurso de premiação. E acrescentou: “Em conferências de que

participo mundo afora, ouço frequentemente comentários de grande admiração por parte de colegas de diferentes países em relação ao nosso homenageado”.

O diretor do Instituto de Física, professor Nelson Braga, ressaltou a qualidade do homenageado na arte de lecionar e formar novos pesquisadores: “Sempre foi um professor excelente em todos os sentidos, desde os aspectos didáticos, mas principalmente por motivar nos alunos a curiosidade, a vontade de aprender e desvendar novos desafios”.

“É um momento de muito júbilo para nossa universidade porque ganhamos mais um professor emérito”, afirmou a reitora Denise Pires de Carvalho. “Todas as administrações centrais dependem muito, em alguns momentos, do posicionamento dos professores eméritos. Os senhores são a nossa esperança de que os ataques não serão bem-sucedidos. Farão isso em nome dos jovens professores, dos nossos estudantes e do futuro do nosso país”, concluiu.

ELAS POR ELAS

ESTELA MAGALHÃES E ISADORA CAMARGO
comunica@adufrrj.org.br

O calvário é conhecido. Primeiro o assédio, depois o estupro, por vezes o aborto ou a entrega para a adoção, e sempre, sempre mesmo, a criminalização. No intervalo de apenas oito dias, três casos de grande repercussão explicitaram o crescimento da violação aos direitos das mulheres no governo Bolsonaro. Em 20 de junho, foi divulgada a au-

diência pública em que a juíza Joana Ribeiro Zimmer assediou moralmente uma menina de apenas 11 anos para convencê-la a desistir do aborto legal. A criança fora estuprada e estava grávida de seis meses. Mesmo diante dos vários riscos à saúde mental e física da criança, como anemia e ruptura uterina, a juíza insistiu em perguntar se ela “supor-taria ficar grávida mais um pouquinho”. Em 22 de junho, a menina finalmente conseguiu interromper a gestação sob autorização judicial. O segundo caso ocorreu ainda em junho, quando o jornalista Léo Dias

ASSÉDIO



CARLA RODRIGUES
PROFESSORA DO IFCS

“O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL É UM PROBLEMA DE QUEM COMETE O ASSÉDIO”

■ **Jornal da AdUFRJ - Por que, mesmo depois de tanta mobilização feminina, casos como o do ex-presidente da Caixa são tão comuns?**

● **Carla** - Seria interessante a gente colocar os homens em cena, porque o peso de sofrer o assédio fica todo sobre as mulheres. As mulheres têm que decidir se vão denunciar, se mobilizar, cuidar para que outras mulheres não sejam assediadas. Nisso desaparece a figura do assediador, de um homem que não sabe viver em sociedade. O assédio moral e sexual é um problema de quem comete o assédio. Essa pessoa tem que ser nomeada e tem que ser exposta. Enquanto a questão não for invertida e devolvida aos homens, não vai haver solução. São eles que têm que repensar o modo como vivem em sociedade. Não somos nós mulheres que temos de passar o resto das nossas vidas encontrando formas de nos proteger.

■ **A senhora considera suficiente a legislação sobre assédio?**

● A legislação é meramente punitivista. Se homem na cadeia resolvesse alguma coisa, então a gente já teria tido a solução. Você tira um, mas vai vir outro. A única maneira de enfrentar o problema é criando aos homens um constrangimento social de ser assim. Precisamos ter o que a professora Daniela Manica (Unicamp) chamava de novo pacto civilizatório, considerando que as mulheres também são sujeitas de direitos, que as pessoas negras também são sujeitas de direito. Esse novo pacto não me parece que vá brotar de mais lei ou de mais punição. Vai brotar de instituições que abracem a causa, que estimulem comportamentos adequados socialmente.

■ **A universidade é uma instituição desse novo pacto social?**

● Eu acho que a universidade é o lugar que deveria irradiar esse novo pacto. Porém, é importante que ela consiga, em primeiro lugar, conter as formas de assédio dentro dela mesma. Isso significa uma universidade menos colonial, menos hierarquizada, menos racista, menos misógina. Tudo que tem da porta para fora tem da porta para dentro. A diferença, pequena, mas importante, é que dentro da universidade você tem supostamente pessoas dedicadas à formação e à educação. Portanto, elas poderiam estar sensíveis ao fato de que o combate a toda forma de violência é inseparável da formação e da educação das pessoas.

DIREITOS - O assédio sexual costuma ser caracterizado como crime quando há relação hierárquica entre assediador e vítima, e não é determinado por gênero. Pelo código civil e penal, a vítima tem direito à indenização, e o assediador pode ser detido de um a dois anos.

DADOS - 42% das mulheres dizem já ter sofrido assédio sexual (Datafolha, 2017); uma em cada cinco adolescentes de 13 a 17 anos diz já ter sido tocada, manipulada, beijada ou ter tido partes do corpo expostas contra a sua vontade. (IBGE 2021); 63% das universitárias dizem já ter sofrido algum tipo de assédio no campus e não reagiram (Instituto Avon/Data Popular, 2015)

ABORTO



LIGIA BAHIA
PROFESSORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

“O QUE ESTÁ EM QUESTÃO NÃO É O ABORTO E, SIM, SUA CRIMINALIZAÇÃO”

■ **Jornal da AdUFRJ - No último mês, acompanhamos o caso da menina de 11 anos que foi estuprada e teve o aborto negado na justiça. Por que acontece a restrição do direito ao aborto nas situações que já são permitidas pela legislação?**

● **Ligia** - É uma realidade que a gente vinha avançando aos poucos, mas todas as pesquisas de opinião apontam uma sociedade muito desfavorável à legalização do aborto. O resultado é muito desanimador, mas todas nós mulheres conhecemos alguém que já fez ou já fizemos aborto. É uma opinião que não combina com a realidade. O movimento “pró-vida” não deveria ter esse nome. São pessoas reacionárias que destinam às mulheres um único papel social: o de mãe e submissa aos homens. Todos e todas somos a favor da vida, ninguém defende o aborto. Fazer um aborto é uma decisão difícil. O que está em questão não é o aborto e, sim, sua criminalização. As mulheres brasileiras fazem aborto, muitas vezes o aborto perigoso, que põe a vida das mulheres em risco, que é o aborto não assistido, seja ele usando a pílula ou o aborto mecânico.

■ **Como a negação desse direito afeta as mulheres no país?**

● Estávamos conseguindo espalhar um pouco os centros que fazem aborto nos hospitais públicos, espalhando essas equipes pelo país para que essa lei, que já é restritiva, fosse cumprida, mas, com o governo Bolsonaro, isso retrocedeu. O que está sendo negado é o direito ao aborto legal no Brasil. O país tem altas taxas de mortalidade materna e uma das principais causas é o aborto perigoso. Ele continuará existindo se a gente não assegurar às mulheres os direitos de decidir terem filhos ou não e quando, e que esses direitos sejam amparados por práticas seguras.

■ **O que pode ser feito para garantir um aborto legal, seguro e de qualidade?**

● Os países que descriminalizaram o aborto observam uma queda nas taxas de interrupção da gestação. A legislação permite que todo debate sobre relações sexuais e suas consequências fique mais aberto. Nós, que somos da área da saúde, temos que caminhar fortemente para, na nossa universidade, a gente ter centros que acompanhem e ajudem a efetivar o direito das mulheres a realizar o aborto legal e seguro.

DIREITOS - O aborto é autorizado pela legislação brasileira quando a gravidez é decorrente de estupro, quando a vida da gestante está em risco e em caso de anencefalia do feto.

DADOS - Cerca de 1 milhão de abortos induzidos ocorrem anualmente no Brasil segundo dados de 2018 do Ministério da Saúde. Os procedimentos sem segurança levam à hospitalização de 250 mil mulheres por ano e, em 2016, causaram a morte de uma mulher a cada dois dias.

expôs no jornal Metrópoles informações privadas de que a atriz Klara Castanho entregara um bebê para adoção legal. Os dados deveriam estar protegidos por sigilo judicial. O caso revela faces dramáticas da hipocrisia que cerca a violência contra a mulher. Klara não abortou, mesmo sendo seu direito, uma vez que fora estuprada. Ainda assim, a jovem sofreu um massacre público que explicita um ponto pouco debatido — o machismo ataca a mulher em todas as circunstâncias. Se ela aborta, ela viola a vida. Se ela entrega para a adoção, não está cumprindo seu papel. “O que nos chama a atenção é a contínua criminalização da mulher”, diz a professora Vanessa Saraiva, da Escola de Serviço Social. O caso de Klara ainda carrega o viés da exposição pública irresponsável promovida por um jornalista que não cumpre a ética do ofício.

O terceiro ataque misógino foi desferido em 28 de junho, quando o país amanheceu assombrado com as denúncias de que o então presidente da Caixa Federal, Pedro Duarte Guimarães, assediava sexualmente funcionárias do banco. Os casos estão sob investigação do Ministério Público Federal. Pedro era um braço importante da gestão do Bolsonaro desde o começo do governo.

ADOÇÃO



VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA
PROFESSORA DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

“MÃES CANDIDATAS À ADOÇÃO SÃO CONDENADAS POR NÃO GERAR UM FILHO”

■ **Jornal da AdUFRJ - Quais são os principais problemas da violação da privacidade nos processos da adoção aparentes no caso da atriz Klara Castanho, que sofreu ataques por ter entregado uma criança legalmente?**

● **Vanessa** - O que nos chama a atenção é a criminalização da mulher. É a perspectiva do machismo, do patriarcado, das relações de gênero, onde o senso comum diz que o papel de mãe deve ser abraçado por todas as mulheres. O tempo todo dizem que ela deveria ter ficado com o bebê, mas em nenhum momento as pessoas questionam sobre o abuso que ela sofreu, sobre a violência sexual ou por que os profissionais do hospital não respeitaram esse processo sigiloso. Tratam a maternidade como se fosse algo muito fácil e naturalmente atribuído às mulheres e colocam a adoção como se fosse uma coisa muito tranquila, mas não é o caso.

■ **Como o serviço social atende a família adotante?**

● A gente percebe que as mães candidatas à adoção também são penalizadas e condenadas por não gerar um filho biologicamente. São vistas como improdutivas e ainda culpabilizadas por isso. Você percebe que as mulheres são criminalizadas nas duas situações. A perspectiva do serviço social é garantir um lugar seguro para a criança, mas também para as mães. Queremos impedir a adoção ilegal. Fazemos toda a mediação do processo e atendemos a família adotante, a criança e a mulher que entrega. Elas têm o direito ao processo sigiloso e à garantia de atendimento psicológico e social por uma equipe multidisciplinar.

■ **Que cuidados precisam ser tomados na abordagem da adoção com a criança?**

● Sempre orientamos a necessidade de conversar sobre a adoção quando a criança crescer e amadurecer. Você não faz uma nova história com a adoção, não tem como apagar a história de um adolescente, de uma criança ou de um bebê. Essa exposição que a Klara Castanho sofreu vai ter repercussões para a criança e para a família adotante. O sigilo era exatamente porque tem uma criança envolvida. Com isso, a gente percebe uma objetificação da infância. Essa criança não é percebida como um sujeito de direitos, ela é vista como um objeto.

DIREITOS - A Nova Lei da Adoção determina um prazo máximo de dois anos para a permanência das crianças e adolescentes em abrigos. A partir desse tempo, as crianças entram no cadastro de adoção, independente da permissão dos pais biológicos ou responsáveis. A lei também garante apoio psicológico e acompanhamento judicial às mulheres que entregam crianças para adoção.

DADOS - A cada dia, três crianças são entregues para adoção no Brasil segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O principal motivo da entrega aos abrigos no Rio de Janeiro é a negligência, correspondente a 36,95% dos casos. Além disso, apenas 12% dessas crianças estão disponíveis para adoção. Esses são dados do 27º Censo do Módulo Criança e Adolescente, feito pelo Ministério Público do Rio.

Para compreender a amplificação da violência contra a mulher, o **Jornal da AdUFRJ** convidou quatro professoras de diferentes áreas do conhecimento. “O movimento “pró-vida” não deveria ter esse nome. São pessoas reacionárias que destinam às mulheres um único papel social: o de mãe e submissa aos homens. Todos e todas somos a favor da vida, ninguém defende o aborto. Fazer um aborto é uma decisão difícil”, afirma a professora Ligia Bahia, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva.

A exposição na mídia reflete outro aspecto da violência. “O sistema midiático é parte de uma rede complexa de controle sobre o corpo da mulher. Ela não tem direito sobre seu corpo quando é violada, e não tem direito à sua imagem quando é exposta. O agressor é sempre protegido”, explica a diretora da Escola de Comunicação, professora Suzy dos Santos. “A mídia precisa ser responsabilizada. Ela não apenas reproduz, mas gera um novo tipo de violência”.

A professora Carla Rodrigues, do IFCS, vai na ferida. “O assédio moral e sexual é um problema de quem comete o assédio. Essa pessoa tem que ser nomeada e tem que ser exposta. Enquanto a questão não for invertida e devolvida aos homens, não vai haver solução”.

EXPOSIÇÃO NA MÍDIA



SUZY DOS SANTOS
PROFESSORA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

“A MÍDIA PRECISA SER RESPONSABILIZADA”

■ **Jornal da AdUFRJ - O que um caso como o da Klara Castanho diz sobre exposição e o papel da mídia nas questões de violência contra mulher?**

● **Suzy** - O sistema midiático é parte de um sistema complexo de controle sobre o corpo da mulher. Da mesma forma que ela não tem direito sobre seu corpo quando foi violada, não tem direito à sua imagem quando é exposta, enquanto o agressor é protegido. A mídia precisa ser responsabilizada, pois ela não apenas reproduz, mas gera um novo tipo de violência.

■ **Por outro lado, casos como o da menina de 11 anos, que só conseguiu abortar após as denúncias nos jornais, mostram que a mídia pode cumprir um papel positivo. Concorda?**

● Isso passa por um processo mais complicado, que é muito perigoso. Sim, por um lado a visibilidade desse caso fez com que essa menina garantisse seu direito ao aborto. Por outro, a gente não faz ideia do quanto, nos tempos que estamos vivendo, isso gerou de discurso de ódio, sobre ela e outras crianças. E tem outro aspecto, quanto por cento é o jornalismo dentro de todo pacote do sistema midiático? Quase nada. Pode atuar em casos específicos, mas o poder jornalístico tem que ser relativizado em relação ao poder da cultura de entretenimento. A grosso modo, precisamos olhar para as novelas, redes sociais, perfis de fofoca, para o pornô, e entender realmente os discursos de gênero que são produzidos.

■ **O que a senhora considera que deve ser feito pra minimizar casos como este?**

● Historicamente no Brasil, optamos por não regular a mídia. Isso faz com que ninguém tenha muita clareza do que pode e do que não pode. A informação sobre a Klara não era pra sair do hospital, mas saiu, e alguém comprou. No sistema midiático, no capitalismo, a responsabilidade social vai só até a página dois, por questões de sobrevivência financeira mesmo. Há que se ter uma regulação. Regulação para além da proibição, pensando em leis de incentivo a outros conteúdos.

DIREITOS - As crianças e os adolescentes têm o direito à imagem preservados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, portanto, ainda que cometam um crime, suas imagens não podem ser divulgadas por qualquer pessoa que seja.

O sigilo no processo de adoção também é direito, tanto da mãe quanto da criança. No Brasil, há o Código Brasileiro de Telecomunicações, promulgado pelo Congresso Nacional.

DADOS - Mulheres são maiores vítimas de vazamento de fotos e exposição na internet: 75% das mulheres temem vazamento de dados pessoais (Pesquisa Psafe 2021)

Debate revê trajetória de Luiz Pinguelli Rosa

> Encontro promovido pela AdUFRJ aborda múltiplas facetas do mestre que foi referência científica e um dos mais combativos militantes contra a ditadura

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Existem pessoas cuja trajetória é tão grandiosa que pode ser observada por perspectivas distintas, e assim melhor compreendida. É o caso do professor Luiz Pinguelli Rosa, que faleceu em março deste ano. Para homenagear o mestre, a AdUFRJ organizou uma homenagem, tendo como ponto de partida sua autobiografia “Memórias — de Vargas a Lula: a resistência à ditadura e ao neoliberalismo”. Na mesa do evento, os professores Ildeu Moreira, Romildo Toledo Filho e Tatiana Roque enaltecem aspectos da trajetória de Pinguelli, sob a mediação do professor João Torres, presidente da AdUFRJ.

Todos na mesa, e parte da plateia que conviveu com Pinguelli, concordaram sobre como o professor era fiel às suas convicções, um interlocutor receptivo, uma pessoa generosa, entusiasta de boas ideias e um valente defensor do bem público. O professor Ildeu Moreira, presidente de honra da SBPC e um dos fundadores da AdUFRJ, falou um pouco sobre a trajetória política de Pinguelli. “Essa é uma homenagem, mas também um balanço da trajetória do Pinguelli. É poder olhar para a história da AdUFRJ e do Andes, e também pensar no futuro dessas entidades”, disse Ildeu.



DEBATE reuniu admiradores de Pinguelli na Coppe, unidade que adquiriu grande expansão sob suas gestões

O professor lembrou a criação da AdUFRJ, nos final dos anos 1970. A administração central da UFRJ formara uma comissão para discutir uma reforma da universidade e, em paralelo, os docentes começaram a se organizar para formar sua associação. No Instituto de Física, havia um movimento pela anistia dos professores que foram cassados pela ditadura. “O Pinguelli foi para a associação docente, e ela encampou o movimento. Aquilo se espalhou por algumas instituições do Rio, que começaram a se movimentar. Foi um grande ponto de partida”, contou Ildeu.

A trajetória de Pinguelli no movimento sindical é notável. Foi o primeiro presidente da

AdUFRJ, entre 1979 e 1981, segundo presidente do Andes, de 1982 a 1984, e figura importante na greve de 1979, em plena ditadura militar. “Aquele greve foi muito importante porque ajudou a construir o movimento para uma greve posterior, que permitiu a construção da carreira docente. E o Pinguelli foi decisivo em todos esses momentos”, contou Ildeu. “Ele tinha uma energia e disposição imensas”, pontuou.

Pinguelli também foi presidente da Eletrobras entre 2002 e 2003. Sua saída do governo aconteceu por divergências na política econômica conduzida pelo então ministro da Fazenda Antônio Palocci. Para Ildeu, a

trajetória que Pinguelli narra no livro serve de lição para Lula e a esquerda. “Eu acho que nós vamos ganhar essa eleição. Mas o Lula deveria ler o livro antes de assumir o governo, porque aqui há pontos em que ele chama atenção de erros que foram cometidos em 2002”, disse Ildeu. Cinco vezes diretor da Coppe, Pinguelli já se destacava, desde muito jovem, na área de pesquisa nuclear. Quem lembrou esse aspecto da carreira do mestre foi Romildo Toledo Filho, diretor da Coppe. “Ele colocava a academia, nos colocava, no centro da discussão. Sempre trazia debates para as discussões. Ele sempre buscou estar cercado pelos melhores”, contou

Romildo, que se dedicou a elogiar a inteligência de Pinguelli. “Ele sempre nos provocava a ver qualquer coisa diferente, estava sendo buscando uma visão nova. E fez isso por todas as áreas onde passou: na política, na luta pela universidade pública e na questão social”, contou o diretor.

Pinguelli colocava a universidade a serviço da sociedade. “Não havia nenhum assunto que ele achasse que a sociedade precisasse de esclarecimento, que ele não se posicionasse, e convocando os melhores especialistas para falar sobre o assunto”, lembrou Romildo, que ressaltou o trabalho de Pinguelli para o fortalecimento dos programas de Engenharia Nuclear, de Planejamento Energético e de Engenharia de Nanotecnologia. “Uma pessoa como essa tem uma enorme importância para todos nós”, disse Romildo, que terminou sua fala com uma frase curta, mas que mostra a importância da preservação da memória do professor: “Pinguelli vive”.

“Eu passei por caminhos abertos pelo Pinguelli em muitas frentes. Na minha trajetória como pesquisadora, na AdUFRJ e no Fórum de Ciência e Cultura. Mas acho importante falar de quem ele formou, desses caminhos que só existiram por causa de ações nas quais ele foi essencial”, ressaltou a professora Tatiana Roque, ex-presidente da AdUFRJ e ex-coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura. Ela contou que, nos anos 1990, houve um grande debate mundial sobre o papel da Ciência. “O que estava em questão era o lugar da Física-Matemática, toda a discussão da visão que se tinha sobre ela. Esse lugar de um pensamento determinista da Ciência estava sendo colocado em xeque”, explicou. E na UFRJ, esses debates eram organizados por Pinguelli no Fórum de Ciência e Cultura. “Nos grandes debates sempre havia a mão do Pinguelli. E a partir desses debates foram criados alguns programas de pós-graduação”, lembrou.

PROFESSORES NÃO PARTICIPAM DA FARSA DAS MEDALHAS

Dois professores da UFRJ se recusaram a receber a Medalha da Ordem do Mérito do Livro, concedida pela Biblioteca Nacional. A decisão dos professores Antonio Carlos Secchin e Marco Lucchesi, da Faculdade de Letras, membros da Academia Brasileira de Letras e notáveis intelectuais, aconteceu depois que eles souberam que o presidente Jair Bolsonaro e o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) também receberiam a honraria.

Foram 200 os indicados para receber a medalha, o que deixou o professor Marco Lucchesi desconfiado. “Quando eu vi que a quantidade era muito intensa, um sinal de investigação veio ao meu espírito. Aí eu li na imprensa que figuras-chave do bolsonarismo seriam homenageadas,

como o presidente e a primeira-dama, por exemplo”, contou Lucchesi. Foi o suficiente para que ele decidisse pela recusa.

“O bolsonarismo tem como princípio básico sequestar as instituições culturais. Basta ver o imenso sacrifício das nossas universidades federais, que também sofrem um sequestro financeiro”, explicou o professor, que foi presidente da ABL entre 2018 e 2021. “Eu compreendi que era um sequestro cultural, mas de alcance simbólico importante, e que se eu estivesse lá estaria jogando no chão o nome da UFRJ e da academia que presidi”, afirmou.

Os princípios políticos que opõem Lucchesi e o bolsonarismo vão além da trincheira da cultura. Atravessam também os Direitos Humanos. “Eu vou a

presídios, comunidades quilombolas e nações indígenas levar livros. Não posso ficar próximo de um exército de ignorantes que decidiram a política do ódio e da destruição da cultura. É normal que eu me decidisse a não fazer parte dessa trama diabólica”, afirmou Lucchesi.

Para ele, a maneira patrimonialista com que Bolsonaro trata as honrarias que deveriam ser concedidas pelo Estado brasileiro é orientada por uma visão autoritária e personalista. “Há também um elemento secundário, que é o da guerra cultural. O bolsonarismo vive aprisionado na sua própria esquizofrenia. Ele nega a realidade e constrói um universo paralelo. Para nós pode ser chocante que o deputado brucutu Daniel Silveira ganhe uma medalha. Mas para eles,

não”, explicou o professor.

Quando teve a informação de que receberia a medalha, o professor Antonio Carlos Secchin se dispôs a aceitar a honraria. Ele começou a achar estranho quando a Biblioteca Nacional o informou que a entrega seria feita em duas cerimônias, uma com a presença de intelectuais e acadêmicos, e outra com a presença de empresários e políticos, e ele estaria no primeiro grupo. “Aí eu decidi ir atrás, e descobri alguns nomes da lista. Descobri então que estaria com companhias que eu não desejava, pessoas que eu não podia imaginar que estivessem vinculadas ao universo da cultura e do livro”, explicou.

A confusão fez com que alguns nomeados recebessem a honraria sem saber toda a lista de agraciados, e figuras que recebe-

ram a medalha em outros anos a devolvessem. “Quase todos que estavam ali não sabiam da lista de homenageados”, disse Secchin. Intelectuais como José Murilo de Carvalho, Lucia Bastos Pereira das Neves, Guilherme Pereira das Neves, Marcello Otávio Neri Basile e Arno Wehling devolveram suas medalhas depois que souberam que Bolsonaro, Silveira e outros bolsonaristas seriam agraciados.

“Estas pessoas são partidárias de uma linha anticultura por excelência. Eles são da cultura da arma, e não do livro. E é incompatível misturar armas com livros, porque a arma mata, e o livro salva”, defendeu o professor Secchin, que ainda acrescentou em tom espirituoso: “As minhas más companhias eu mesmo escolho”.

Comitê de Luta da UFRJ une defensores da democracia

> Lançado na quarta-feira (6), fórum aglutina forças do campo progressista da universidade para resistir a ataques do governo Bolsonaro e impulsionar a candidatura de Lula ao Palácio do Planalto

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

No Salão Nobre do histórico prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco, Centro do Rio, foi lançado oficialmente nesta quarta-feira (6) o Comitê de Luta da UFRJ. Nada mais simbólico. O imponente prédio que abrigou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil serviu de palco ao nascimento de um movimento de defesa da Educação, da Ciência e da democracia no país — pilares atacados sem tréguas pelo governo de destruição de Jair Bolsonaro. Esses ataques foram o tema do debate “Democracia e Universidade — Cortes e Financiamento da Educação”, que marcou o lançamento do comitê.

“Leva-se muito tempo para construir um sistema de Educação, Ciência e Tecnologia como o nosso. E o projeto do atual governo é destruir. Por isso, a missão desse comitê é tentar aglutinar as forças progressistas da UFRJ para que o Lula seja eleito no primeiro turno. E, se tiver um segundo turno, que outras forças políticas venham se juntar a nós”, defendeu o professor João Torres, presidente da AdUFRJ.

Segundo João, o protagonismo do sindicato no comitê é uma decorrência natural do que a atual direção vem defendendo desde a campanha eleitoral que a elegeu para comandar a AdUFRJ no biênio 2021-2023. “Na nossa campanha para as eleições na AdUFRJ, nós reafirmamos repetidas vezes que gostaríamos de encampar, uma vez empossados, a candidatura do campo democrático à Presidência da República que tivesse mais chances de vitória. Nesse

momento, essa candidatura é a de Lula. Essa foi uma promessa de campanha. Precisamos de um governo de salvação nacional, como o que aconteceu em vários países depois de uma guerra, uma devastação. Temos que reunir todas as forças democráticas para isso”, disse João.

UNIÃO DE FORÇAS

Mediado por Neuza Luzia Pinto, técnica da Faculdade de Medicina da UFRJ, o debate contou com a participação dos professores Átila Freire, da Coppe, e Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ. Os cortes no orçamento do MEC, e em especial na UFRJ, foram o pano de fundo para falas em defesa da Educação, da Ciência e da democracia.

“Hoje (quarta-feira), nós fomos impactados pela notícia de que o projeto orçamentário do ano que vem virá com uma redução de 12,6% no nosso orçamento. Isso significa que a UFRJ terá certamente o menor orçamento de sua história. Estamos diante de um compromisso estratégico do governo, um projeto de destruição lenta e gradual. A estratégia é fazer com que a gente continue funcionando precariamente, e que com isso tenha dificuldades de



Nossa perspectiva estratégica é nos somarmos a milhares e milhares de outros militantes em todo o país para mudar essa história”

NEUZA LUZIA PINTO
Técnica da Faculdade de Medicina/UFRJ



FERNANDO SOUZA

DEMOCRACIA E UNIVERSIDADE
CORTES E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

LANÇAMENTO DO COMITÊ DE LUTA DA UFRJ



TAINÁ DE PAULA



EDUARDO RAUPP



Moderação:
NEUZA LUZIA PINTO

SALÃO NOBRE DO IFCS
6 DE JULHO, 18H



entregar aquilo que a gente tem que entregar, que a nossa missão não seja plena e que a gente vá sendo desacreditado. Até que soluções fantasiosas possam ser oferecidas em nosso lugar. Nada mais sórdido e mais eficiente para destruir a universidade pública”, descreveu professor Eduardo Raupp, para quem a situação da UFRJ é “dramática”.

Para o professor Átila Freire, um dos aspectos mais perversos dos cortes é a retração da pós-graduação. “A pós-graduação da UFRJ, que é emblemática no

Brasil e é referência no mundo, foi dramaticamente destruída nos últimos anos. Foi um processo de construção de 50 anos, mas para destruir é muito rápido. Nós temos que reverter isso indo à luta, cada um de nós. Temos que mobilizar as pessoas. E esse comitê é um passo para isso”, convocou o docente.

A técnica Neuza Luzia Pinto observou que o movimento deve ganhar adesões ao longo dos próximos meses e se articular com outros grupos que defendem a democracia.

“Acho que a defesa da democracia é o elo que une a todos nós que estamos aqui nesse comitê. Nossa perspectiva estratégica é nos somarmos a milhares de outros militantes em todo o país para mudar essa história. Temos que trazer para cá as pessoas que não estão aqui — ou porque estão acomodadas ou porque não conseguimos enxergar que é possível lutarmos juntos —, os estudantes, os técnicos, os terceirizados, os professores. É um comitê aberto, suprapartidário. O que nos une aqui é a coragem de tentar trazer de novo o Brasil para o rumo da democracia. Temos que ser multiplicadores dessa ideia”, ponderou Neuza.

Emérito da Escola de Química da UFRJ e vice-presidente da AdUFRJ, o professor Ricardo Medronho alertou para a importância do comitê no processo eleitoral para a Presidência da República: “Não é possível a gente imaginar o que possa vir a ser o Brasil se esse governo for reeleito. O país já é pária internacional, o nosso presidente é motivo de chacota. Mais quatro anos desse governo é a destruição total do país. Por isso, é muito importante a criação desse comitê. Nós precisamos trazer outras pessoas para fazer com esse seja um movimento crescente”.

LULA FAZ LOTAR A CINELÂNDIA

Sob forte esquema de segurança — tapumes de 2,5m cercaram o perímetro do palco e houve revista com detectores de metal —, o pré-candidato do PT à Presidência da República, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez seu primeiro grande comício de campanha no Rio, no tradicional palco democrático da Cinelândia. Ao lado de seu candidato a vice, o ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB), Lula reafirmou seu apoio ao de-

putado federal Marcelo Freixo (PSB), pré-candidato ao governo do Rio. O deputado estadual André Ceciliano (PT), pré-candidato ao Senado, sentou na primeira fila do palco de Lula, reforçando sua posição na disputa com o deputado federal Alessandro Molon (PSB) pela indicação na chapa do ex-presidente.

Em seu discurso, Lula falou do desemprego e da fome que assolam o país, comparou esse cenário com o período de seus

dois governos, e fez duras críticas a Bolsonaro. “ Perguntem quanto que esse genocida que está governando o país investiu no Rio de Janeiro? Qual foi a grande obra que ele fez? Qual foi a escola técnica que ele fez? Qual a universidade que ele fez? Qual o dinheiro para a Medicina que ele colocou? Nada! Nada! Só tirar!”, disse Lula, sob aplausos de milhares de pessoas. A Polícia Militar registrou um único incidente durante o comício. Um homem arremessou um artefato explosivo com fezes para o interior da área cercada do palco. Ele foi preso.



RICARDO STUCKERT

AO LADO de Alckmin, Lula declarou apoio a Freixo ao governo do Rio

ÓPERA CELEBRA ANDRÉ REBOUÇAS



> Espetáculo criado por Tim Rescala relembra trajetória do engenheiro negro que foi aluno e professor da Escola Politécnica e um dos principais articuladores do movimento abolicionista

ISADORA CAMARGO
comunica@adufrrj.org.br

O ex-aluno e ex-professor André Rebouças “voltou” à Escola Politécnica da UFRJ. Dessa vez, como protagonista da ópera “O Engenheiro”, que encerrou seu ciclo de apresentações na última quinta-feira (7), no Auditório Horta Barbosa, do Centro de Tecnologia. O espetáculo começou às 13h, e os futuros engenheiros do CT aproveitaram o intervalo do almoço para lotar a plateia. Marcos Fernandes, estudante de Engenharia Naval, saudou a iniciativa: “A arte devia vir mais pra cá”.

A ópera “O Engenheiro” é uma composição de Tim Rescala, com direção geral de Andrea Adour, Homero Velho e Lenine Santos. Foi encomendada pelo Projeto Sistema Nacional de Orquestras Sociais (Sinos), produzida e executada com o Projeto Ópera na UFRJ. A trama é um retrato do engenheiro baiano André Rebouças (1838 – 1898), homem negro e personagem histórico do movimento abolicionista brasileiro. Rebouças tinha relações próximas com a Família Real, e partiu junto com ela para o exílio após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Na peça, os bastidores da queda do Império ambientam as contradições e posicionamentos do protagonista frente à política nacional. “Fiquei encantada, o André é um exemplo para nós, de engenheiro, de tudo o que ele fez. Representa a luta que temos hoje por igualdade, das vagas ocupadas por pessoas que antes não poderiam estar aqui”, comentou Maria Alice da Rocha, diretora adjunta da Escola Politécnica, na qual Rebouças foi aluno (na antiga Escola Militar) e professor.



ESPETÁCULO narrou a história do homem negro que lutou pela fim da escravidão no país e é referência na Engenharia brasileira

Todo o espetáculo foi produzido e executado pela universidade. A realização foi dos professores e alunos da Escola de Música (dos cursos de Regência e Canto), da Escola de Belas Artes (dos cursos de Indumentária e Cenografia) e da Escola de Comunicação (do curso de Direção Teatral), juntamente com os projetos Orquestra da UFRJ, Sistema Universitário de Apoio Teatral (SUAT) e a Companhia Folclórica. Todos unificados pelo Projeto Ópera na UFRJ, que desde 1994 cria produções culturais.

A iniciativa é ainda contemplada pelo Programa de Apoio às Artes (PROART-

-UFRJ), e envolve os pilares de ensino, pesquisa e extensão. “Alguns alunos são bolsistas, outros estão fazendo da Ópera seu projeto de conclusão de curso”, contou Fabrícia Medeiros, produtora da orquestra. “Que se fomentem mais projetos como este, é a cara do que a universidade precisa”, concluiu.

Inicialmente, a peça não se apresentaria no CT, e teria encerrado a montagem na semana anterior, em Petrópolis. Foi por insistência de Claudia Morgado, diretora da Politécnica, que a produção se reorganizou para essa última exibição. “Eu falei: Não, tem que fazer lá na En-

genharia! Vai falar do André Rebouças e os engenheiros não vão assistir?”. O convite foi aceito de bom grado, uma vez que a UFRJ é a “casa da peça”, como coloca o diretor cênico José Henrique Moreira. “Se você reparou, há menção de pelo menos três edifícios que hoje são da UFRJ: o próprio Palácio Imperial, a Escola Politécnica, que hoje é o IFCS, e o Senado do Império, que é onde fica a Faculdade Nacional de Direito hoje. Então, por mais que ela não tenha sido composta para nós, caiu como uma luva, como se fosse uma ópera nossa da UFRJ”, concluiu Moreira.

NEI LOPES RECEBE TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UFRJ

Exatos 60 anos depois de seu ingresso na UFRJ, o sambista e escritor Nei Lopes recebeu o título de Doutor Honoris Causa da universidade. O evento aconteceu no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito na quinta-feira (30). Em seu discurso, Nei Lopes lembrou que, quando ingressou na FND, em 1962, apenas 1% dos brasileiros cursava uma faculdade, e certamente uma parcela ainda menor da população preta e parda tinha o privilégio. “Isso me levou a um caminho que até hoje é a fonte maior de meu interesse e fazer intelectual: a reavaliação do papel dos afrodescendentes na construção da sociedade nacional e o esforço na direção do equilíbrio entre os diversos segmentos étnico-raciais, a partir da eliminação do racismo e da



NEI LOPES exhibe o título, ao lado da reitora Denise Pires de Carvalho

exclusão”, disse.

Nei avaliou que o Direito teve um importante papel em seu movimento na direção da luta pela igualdade racial e contra o racismo. “Eu me afastei da advocacia, mas não do Direito, que nunca saiu de mim e sempre há de se manifestar no nosso respeito à lei e aos princípios constitucionais e a defesa do

estado democrático de direito”, declarou.

O advogado Eloá dos Santos Cruz, também egresso da FND, entrou com o pedido de concessão do título ao sambista em 2019, mas o pleito foi negado pela congregação da faculdade em junho do ano passado por falta de “relação estreita com o campo jurídico”. Naquele mo-

mento, Nei Lopes já havia sido agraciado com o título pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2012, e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2017.

Em março deste ano, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro também tornou o compositor Doutor Honoris Causa. Em sua fala, Eloá lamentou a perda do pioneirismo da UFRJ na concessão do título a Nei Lopes e celebrou as ações afirmativas da universidade, que hoje contribuem para uma maior presença de negros no ensino superior.

Areitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, destacou a importância da luta pela educação no Brasil e contra os cortes orçamentários nas universidades. “Nós, egressos da UFRJ, levamos conosco o espírito da Minerva, a

deusa da sabedoria e da guerra. Mas não é a guerra das armas, e sim do saber que nos levará à efetiva liberdade. E continuaremos lutando nessa guerra a favor do conhecimento, da cultura e da educação e contra a desigualdade social”, disse.

O vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha registrou a importância da concessão do título a personalidades admiráveis que compõem a história da UFRJ. “Estamos fazendo o que entendemos ser uma reparação no DNA que essa universidade deve ter. Isso aparece quando concedemos o título póstumo à Carolina de Jesus, quando concedemos ao Noca da Portela e agora ao Nei Lopes. Por isso, agradeço por aceitar fazer parte do nosso DNA”.

(Estela Magalhães)